

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	33
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.709.000
Preferenciais	0
Total	6.709.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	9.202	29.564
1.01	Ativo Circulante	9.202	29.563
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.590	4.874
1.01.01.01	Caixa	1.428	1.092
1.01.01.02	Caixa Restrito	4.162	3.782
1.01.03	Contas a Receber	3.167	24.340
1.01.03.01	Clientes	3.167	24.340
1.01.03.01.01	Créditos a receber	177.214	186.250
1.01.03.01.02	Redução ao valor Recuperavel recebíveis	-174.047	-161.910
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	445	349
1.01.08.03	Outros	445	349
1.02	Ativo Não Circulante	0	1
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	1
1.02.01.04	Contas a Receber	0	1
1.02.01.04.01	Créditos a receber	0	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	9.202	29.564
2.01	Passivo Circulante	8.407	20.758
2.01.02	Fornecedores	50	9
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	50	9
2.01.03	Obrigações Fiscais	30	29
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30	29
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Tributárias	30	29
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.327	20.720
2.01.04.02	Debêntures	8.327	20.720
2.01.04.02.01	Debêntures	8.327	20.720
2.02	Passivo Não Circulante	0	8.396
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	8.396
2.02.01.02	Debêntures	0	8.396
2.03	Patrimônio Líquido	795	410
2.03.01	Capital Social Realizado	6.171	5.607
2.03.01.01	Capital Social Realizado	6.709	6.709
2.03.01.02	Capital Social a Integralizar	-538	-1.102
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.376	-5.197

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.816	14.016
3.03	Resultado Bruto	2.816	14.016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-178	-225
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-178	-225
3.04.03.01	Provisão para perdas na carteira	-12.137	-14.176
3.04.03.02	Provisão remuneração dos debênturistas	12.137	14.176
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.638	13.791
3.06	Resultado Financeiro	-2.817	-14.016
3.06.01	Receitas Financeiras	10	5
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.827	-14.021
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-179	-225
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-179	-225
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-179	-225
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,027	-0,04
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,027	-0,04

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-179	-225
4.03	Resultado Abrangente do Período	-179	-225

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.244	21.184
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.637	13.791
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do exercício	-179	-225
6.01.01.02	Prêmio das debêntures	2.816	14.016
6.01.01.03	Provisão para perda de empréstimos e recebíveis	12.137	14.177
6.01.01.04	Provisão para perda no prêmio de debentures	-12.137	-14.177
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.393	9.310
6.01.02.01	Empréstimos e recebíveis	-960	7.193
6.01.02.02	Outros Créditos	-96	-160
6.01.02.03	Fornecedores e outras contas a pagar	41	142
6.01.02.04	Impostos a recolher	-3	4
6.01.02.05	Caixa restrito	-380	2.131
6.01.02.06	Outras Obrigações	5	0
6.01.03	Outros	0	-1.917
6.01.03.02	Prêmio sobre as debênture	0	-1.917
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-908	-20.314
6.03.01	Pagamento de principal de debêntures	-3.634	-21.420
6.03.03	Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	564	1.106
6.03.04	Recursos provenientes da emissão de debêntures	2.162	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	336	870
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.092	218
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.428	1.088

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.606	0	0	-5.196	0	410
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.606	0	0	-5.196	0	410
5.04	Transações de Capital com os Sócios	564	0	0	0	0	564
5.04.01	Aumentos de Capital	564	0	0	0	0	564
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-179	0	-179
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-179	0	-179
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.170	0	0	-5.375	0	795

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.501	0	0	-4.087	0	414
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.501	0	0	-4.087	0	414
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.105	0	0	0	0	1.105
5.04.01	Aumentos de Capital	1.105	0	0	0	0	1.105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-225	0	-225
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-225	0	-225
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do exercício	0	0	0	-225	0	-225
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.606	0	0	-4.312	0	1.294

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	2.816	14.016
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.816	14.016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-178	-225
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-178	-225
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.638	13.791
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.638	13.791
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10	5
7.06.02	Receitas Financeiras	10	5
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.648	13.796
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.648	13.796
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.827	14.021
7.08.03.01	Juros	2.827	14.021
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-179	-225
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-179	-225

Comentário do Desempenho**RUGE SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.****Relatório da Administração**

São Paulo, 16 de maio de 2022

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2022. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Contexto organizacional

A Companhia atua como securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada (“Resolução CMN 2.686/00”) com o objetivo exclusivo de aquisição de créditos oriundos de operações financeiras para posterior securitização destes créditos por meio da emissão de debêntures não conversíveis para distribuição pública ou privada nos mercados financeiro e de capitais do Brasil.

A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

A Companhia não possui sociedades controladas. Desde a sua constituição até a data do presente período, toda a receita auferida pela Companhia foi proveniente de operações realizadas no Brasil, não havendo dependência de mercados estrangeiros.

Em 31 de março de 2022, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 6.709 mil, dividido em 6.709.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (6.709.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2020).

A controladora integral da Companhia é a Open Co (anteriormente denominada Geru Holding Limited), sediada em Londres, Reino Unido.

Comentário do Desempenho**Operações**

A Companhia atua na aquisição de direitos creditórios originados por meio da plataforma eletrônica da Geru Tecnologia e Serviços S.A. (“Geru Tecnologia” ou “Plataforma”), parte relacionada, e realiza tal aquisição com recursos captados por meio de emissão de debêntures. O valor integralizado por investidores é aplicado pela Companhia na compra dos direitos creditórios (cédulas de crédito bancário) por meio de endosso formalizado entre a Companhia e as instituições financeiras parceiras, que concedem as operações de crédito originadas pela Plataforma. As cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores, além de servirem de lastro para as emissões de debêntures da Companhia, também são dadas em garantia a todos investidores da emissão vinculada aos seus créditos, através de contratos de cessão fiduciária.

Os contratos de prestação de serviços relativos à originação, avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Geru Tecnologia.

Resultados

Desde sua constituição, em 7 de julho 2015, até o período findo em 31 de março de 2022, a Companhia realizou 7 emissões de debêntures no montante total de R\$ 728.991 mil e com os recursos recebidos das CCBs, pagou aos debenturistas R\$ 773.248 mil durante o mesmo período.

As debêntures asseguraram aos debenturistas, prêmios de reembolso e juros remuneratórios condicionados à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

		Em R\$ mil	
	Vencimento	Integralizações	Repagamentos
Debêntures - 1ª Emissão (i)	07/07/2020	16.017	17.958
Debêntures - 2ª Emissão (ii)	07/07/2020	17.443	20.649
Debêntures - 3ª Emissão	04/07/2020	30.121	34.325
Debêntures - 4ª Emissão	01/11/2020	50.174	53.929
Debêntures - 5ª Emissão	23/05/2021	140.315	140.962
Debêntures - 6ª Emissão - Série Sênior	16/11/2021	163.524	185.439
Debêntures - 6ª Emissão - Série Subordinada	16/11/2021	73.125	57.991
Debêntures - 7ª Emissão - Série Sênior	10/10/2022	142.598	162.824
Debêntures - 7ª Emissão - Série Mezanino	10/10/2022	47.837	52.789
Debêntures - 7ª Emissão - Série Subordinada	10/10/2022	47.837	46.381
		728.991	773.248

As CCBs referentes a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e a 5ª emissão, foi adquirida por “Chamada de Integralização” pela 8ª Emissão, qual utilizou parte dos valores nela aportada para compra dessas CCBs, repassando assim os direitos creditórios sobre esses certificados de recebíveis.

Adicionalmente, na 8ª emissão, em 24 de fevereiro de 2022, a Open Co Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, na qualidade de Administradora do Fundo (“Endossante”) e a Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., na qualidade de Emissora (“Endossatária” ou “Emissora”) celebraram o “Instrumento de Promessa de Alienação e Aquisição de Direitos Creditórios sem Coobrigação e Outras Avenças”, que tem por objeto o endosso em preto de créditos de titularidade da Endossante, representados por Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor de instituições financeiras e endossadas em favor do Endossante (“CCBs”), decorrentes de operações realizadas por meio de site ou aplicativo desenvolvidos e mantidos pela Open Co

Comentário do Desempenho

Tecnologia S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20.955.843/0001-59 (“Contrato”). O valor da aquisição foi de R\$ 2.162 (dois milhões cento e sessenta e dois reais) e o prazo é por tempo indeterminado.

Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados para a aquisição de CCBs no montante total de R\$ 835.948 mil.

	Em R\$ mil
	CCBs
	adquiridas
CCBs – 1ª Emissão (i)	16.753
CCBs – 2ª Emissão (i)	18.438
CCBs – 3ª Emissão (i)	31.527
CCBs – 4ª Emissão (i)	52.235
CCBs – 5ª Emissão (i)	151.369
CCBs – 6ª Emissão	245.966
CCBs – 7ª Emissão	319.660
	835.948

(i) As CCBs referentes a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e a 5ª emissão, foram adquiridas por “Chamada de Integralização” pela 8ª Emissão, qual utilizou parte dos valores nela aportada para compra dessas CCBs, repassando assim os direitos creditórios sobre esses certificados de recebíveis.

Dividendos

A administração poderá levantar balanço semestre ou em períodos menores, respeitando os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados.

Impactos do COVID-19

Ao analisar os possíveis impactos do COVID-19 na RUGE Securitizadora, foram realizadas reuniões para entender como a GERU Tecnologia se preparou para o ocorrido. Nas reuniões foram apresentadas as seguintes ações para minimizar os impactos para os investidores: a Companhia intensificou as cobranças junto aos devedores, fazendo assim um acompanhamento mais efetivo de seus clientes. Ainda sob os possíveis efeitos nas informações contábeis intermediárias devemos analisar sob a seguinte ótica, as perdas por redução ao valor recuperável decorrem da perda estimada e incorrida por parte do cedente da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização

Auditoria e serviços de não auditoria

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante o período findo em 31 de março de 2022 até a presente data, não foram prestados serviços de não auditoria para a Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022*

1 Contexto operacional

A Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), foi constituída em 7 de julho de 2015. A Companhia é constituída na forma de Companhia anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sua sede social localizada na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º Andar, Pinheiros, São Paulo, Capital.

A Companhia atua na aquisição e securitização de créditos financeiros, emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades, no segmento operacional de crédito pessoal; realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

Em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou “Acordo Operacional e Outras Avenças” com a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (“VERT Consultoria”), que tem por objeto a administração dos negócios da Companhia, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados a gestão, estruturação e administração de emissões, presentes e futuras, de debêntures da Companhia.

Em 19 de fevereiro de 2019 em linha com o disposto no “Acordo Operacional e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia e a VERT Consultoria, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária também aprovou a alteração da denominação social da Companhia de Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A para Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Os contratos de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) são executados pela Open Co Tecnologia S.A. (“Open Co Tecnologia”), parte relacionada da Companhia. A Open Co Tecnologia é subsidiária integral da Open Co Holding Limited, controladora da Companhia, sediada em Londres, Reino Unido.

Os fluxos de caixa da Companhia serão mantidos pela Open Co Holding Limited, controladora da Companhia por meio de aportes de capital, compensando os prejuízos gerados pelas despesas fora do fluxo operacional. Nesse contexto, sempre que necessário, a Open Co Holding Limited realiza aportes de capital para honrar com essas despesas.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com os pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

A emissão das informações contábeis intermediárias ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, foi autorizada pela Diretoria em 16 de maio de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, como provisão para perda na carteira de créditos a receber, provisão para perda no prêmio das debêntures e provisão para contingências. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício e período de relatório.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas informações contábeis é determinado nessa base.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas informações contábeis intermediárias.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022*

(ii) Receita de juros

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto para os ativos que possuem problemas de recuperação de crédito classificamos como “não performedo”.

A Companhia classifica uma operação de crédito como “não performedo” se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de 90 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida, visto que a Companhia avalia como baixa a probabilidade de recebimento.

Créditos a receber, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretratável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

As aquisições dos créditos ocorrem durante o período de alocação de recursos, a qual tem o ciclo de 12 meses a partir da emissão das debentures. O prazo de vencimento dos créditos varia de 12 a 36 meses, a partir do mês de aquisição, e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

(iii) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício e período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício e período.

(iv) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido a custo amortizado.

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

- **Custo amortizado:** O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria as contas a receber e outros ativos.
- **Valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa e caixa restrito.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

b. Provisão para perdas esperadas

Provisão para perdas esperadas: Os requerimentos de avaliação da Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. No trimestre findo em 31 de março de 2022, como parte do processo de revisão das estimativas de provisões de Provisão para perdas esperadas verificamos que não houve variação entre a recuperabilidade efetiva e as perdas projetadas para os ativos, desta forma, as premissas para cálculo das provisões de Provisão para perdas esperadas dos ativos não tiveram alterações.

- O modelo de perda de crédito esperada inclui uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:
- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses, aplicados para ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente;
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.
- Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1. A Companhia não reavalia os tomadores com base no seu histórico de crédito após a aquisição das CCBs assim, não há mudança no “rating” dos tomadores.
- A Companhia avalia a alteração no risco de inadimplência através da observação do comportamento destes tomadores ao longo do período sob análise, comparando as mudanças nas faixas de atraso com as respectivas probabilidades de perda. Considerando estas informações como razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, como indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A Companhia classifica ainda o risco da operação de forma a estender para os demais títulos, vencidos ou a vencer, de um mesmo direito creditório. O termo “Efeito Vagão” remete a esta situação de classificação entre todos os títulos de um mesmo devedor.

c. Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores e Debêntures.

(v) Provisões

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício e período considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

6.1 Normas e interpretações alteradas ou ainda não efetivas

As normas e interpretações alteradas emitidas, mas ainda não efetivas até a data de emissão das informações contábeis intermediárias, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) - As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:
- Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- Contabilidade de hedge.

A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da norma em suas demonstrações financeiras.

- **Benefícios relacionados à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos)** – Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamentos após 30 de junho de 2021. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- **Contratos Onerosos** – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- **Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido** - As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. As alterações são aplicáveis para período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- **Alterações à IFRS 3 (CPC 15(R1)) - Referência à Estrutura Conceitual** - As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15(R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 (CPC 15(R1)) a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o comprador aplica a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

- **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.** – Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)** - As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma em suas demonstrações financeiras.
- **Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante** - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: a) O que significa um direito de postergar a liquidação; b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma em seus passivos.
- **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração na referida norma mas não espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

- **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, norma correlata ao CPC 26 (R1) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias de como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma na divulgação de suas políticas contábeis.
- **Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2))** - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture - As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações de investidores não relacionados nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Essas alterações não apresentam impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- **IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro** - A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro. As alterações da nova norma são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Essas alterações não apresentam impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2022	31/12/2021
Bancos conta corrente	1	3
Aplicações financeiras – CDB	1.427	1.089
Total	1.428	1.092

Os CDBs são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de março de 2022 a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente à 95% (95% em 31 de março de 2021) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”).

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

8 Caixa Restrito

	31/03/2022	31/12/2021
Bancos conta corrente	601	269
Aplicações financeiras – CDB	3.561	3.513
Total	4.162	3.782

Os valores registrados como caixa restrito são mantidos para pagamento de juros e amortização das debêntures, sendo seu uso exclusivo para esses devidos fins. Visto que o período de alocação dos ativos acabou, todos os valores recebidos na operação são destinados exclusivamente para os fins acima mencionados.

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de março de 2022, a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente à 95% (95% em 31 de março de 2021) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”).

9 Créditos a Receber

	31/03/2022	31/12/2021
Cédulas de crédito bancário – CCBs	177.214	186.250
Provisão para perdas esperadas (i)	(174.047)	(161.910)
Total	3.167	24.340
Circulante	177.214	186.250
Provisão para perdas esperadas (i)	(174.047)	(161.910)
Total Circulante	3.167	24.340

Movimentação dos créditos a receber:

	Amortização						
	Saldo líquido em 31/12/2021	Aquisição de CCBs	Juros e Encargos	Reversão / (Provisão) / para Provisão para perdas esperadas	Principal	Juros e encargos	Saldo líquido em 31/03/2022
CCBs - 6ª Emissão	6.997	-	-	(4.027)	(113)	(2.836)	-
CCBs - 7ª Emissão	9.409	-	1.278	(3.731)	(2.253)	(3.669)	1.034
CCBs - 8ª Emissão (i)	7.934	2.162	-	(4.358)	(54)	(3.551)	2.133
Total	24.340	2.162	1.278	(12.137)	(2.420)	(10.056)	3.167

	Amortização						
	Saldo líquido em 31/12/2020	Juros e Encargos	Reversão / (Provisão) / para Provisão para perdas esperadas	Principal	Juros e encargos	Saldo líquido em 31/12/2021	
CCBs - 6ª Emissão	3.153	2.175	20.887	(4.205)	(15.013)	6.997	
CCBs - 7ª Emissão	35.009	21.368	27.156	(29.512)	(44.612)	9.409	
CCBs - 8ª Emissão (i)	20	1	17.904	(664)	(9.326)	7.934	
Total	38.182	23.544	65.947	(34.381)	(68.951)	24.340	

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

A carteira de créditos a receber é composta por CCBs sem garantias, remuneradas a juros prefixados com taxas que variam entre 2,00% e 5,00% ao mês. As CCBs estão vinculadas às emissões de debêntures (vide Nota Explicativa nº 10) e eventuais inadimplementos ou perdas efetivas são repassadas em sua totalidade aos debenturistas.

(i) Transferência dos direitos creditórios

Conforme Nota Explicativa nº 10, no dia 2 de julho de 2020 foi deliberada pela Diretoria da RUGE, a 8ª emissão de debêntures. De acordo com a “Chamada de Integralização”, a 8ª Emissão utilizou parte dos valores para compra das CCBs que compunham a 1ª, a 2ª, a 3ª, 4ª e a 5ª emissões, a transação de compra e venda desses direitos que totalizou um valor de R\$ 1.394, assim os investidores dessas debêntures repassando os direitos creditórios desses certificados de recebíveis, não tendo mais direitos ou obrigações referentes a essas emissões, conforme Nota Explicativa nº 10. Toda a transação entre as partes envolvidas foi realizada com o acompanhamento dos investidores e seus representantes e comunicadas em 17 e 19 de junho de 2020, 30 de outubro de 2020 e a última comunicação no dia 20 de maio de 2021.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Open Co Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, na qualidade de Administradora do Fundo (“Endossante”) e a Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., na qualidade de Emissora (“Endossatária” ou “Emissora”) celebraram o “Instrumento de Promessa de Alienação e Aquisição de Direitos Creditórios sem Coobrigação e Outras Avenças”, que tem por objeto o endosso em preto de créditos de titularidade da Endossante, representados por Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor de instituições financeiras e endossadas em favor do Endossante (“CCBs”). O valor da aquisição foi de R\$ 2.162 (dois milhões cento e sessenta e dois reais) e o prazo é por tempo indeterminado.

Provisão para perdas esperadas de créditos a receber por estágios:

	31/03/2022	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 1	-	-	(35)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 2	-	-	(379)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 3	(56.017)	(51.948)	(72.421)
Total Provisão para perdas esperadas – 6ª emissão	(56.017)	(51.948)	(72.835)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 1	(16)	(47)	(312)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 2	(194)	(431)	(3.460)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 3	(54.801)	(50.803)	(74.664)
Total Provisão para perdas esperadas – 7ª emissão	(55.011)	(51.281)	(78.436)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 8ª Emissão – Estágio 2	-	-	(8)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 8ª Emissão – Estágio 3	(63.019)	(58.682)	(76.579)
Total Provisão para perdas esperadas – 8ª emissão	(63.019)	(58.682)	(76.586)
 Total Provisão para perdas esperadas – Estágio 1	 (16)	 (47)	 (347)
Total Provisão para perdas esperadas – Estágio 2	(194)	(431)	(3.846)
Total Provisão para perdas esperadas – Estágio 3	(173.837)	(161.433)	(223.664)
Total Provisão para perdas esperadas	(174.047)	(161.910)	(227.858)

Abertura do contas a receber por estágio

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

Atualmente os recebíveis da companhia são classificados em 3 estágios de recuperabilidade, sendo os saldos conforme demonstrado abaixo:

31/03/2022					
	Cédulas de crédito bancário – CCBs	Default	Juros Não Incorridos	Provisão para perdas esperadas / Stop Accrual	Total
Estágio 1	3.274	-	(342)	(16)	2.916
Estágio 2	400	-	(26)	(194)	180
Estágio 3	510.416	(261.152)	(288)	(248.905)	71
Total	514.090	(261.152)	(656)	(249.115)	3.167

31/12/2021					
	Cédulas de crédito bancário – CCBs	Default	Juros Não Incorridos	Provisão para perdas esperadas / Stop Accrual	Total
Estágio 1	3.294	-	(1.084)	(47)	2.163
Estágio 2	1.001	-	(103)	(431)	467
Estágio 3	510.589	(257.619)	(747)	(230.512)	21.711
Total	514.884	(257.619)	(1.934)	(230.990)	24.340

10 Debêntures

	31/03/2022	31/12/2021
Debêntures - 6ª Emissão (i)	40	7.460
Debêntures - 7ª Emissão (ii)	3.413	11.496
Debêntures - 8ª Emissão (iii)	4.874	10.160
Circulante	8.327	20.720
Não Circulante	-	8.396
Total	8.327	29.116

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de CCBs. As carteiras de recebíveis são segregadas fiduciariamente.

Na hipótese de não realização dos créditos decorrentes das CCBs até a data de vencimento ou até a data de pagamento das Debêntures, poderá ocorrer, de acordo com os termos do inciso I do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CMN nº 2.686, de acordo com os termos das escrituras das debêntures e em benefício desta, a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Companhia, no limite e na proporção dos seus créditos, das CCBs não realizadas nos respectivos vencimentos.

Em 2 de julho de 2020, a Diretoria da RUGE Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. se reuniu para deliberar sobre a 8ª Emissão de debêntures simples no valor total de R\$ 100.000 divididas em 100.000 (cem mil) debêntures, sem prazo para subscrição total do montante, quais serão integralizadas conforme “Chamada de Integralização”, a Administração aprovou em Assembleia a possibilidade em comprar títulos que não pertençam as emissões já realizadas. Parte dos valores foram utilizados para compra das CCBs que compunham a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e a 5ª emissão, que totalizou uma integralização no valor de R\$ 1.394.

a. Características das Debêntures

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

- (i) As Debêntures da 6ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes à 175% da DI (“depósitos interfinanceiros”), calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

As Debêntures da 6ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento ("Prêmio") descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, e juros remuneratórios e amortização de principal da Série Sênior, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior.

- (ii) As Debêntures da 7ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes à CDI + spread de 4,25% a.a., calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

As Debêntures da 7ª Emissão - Série Mezanino assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios de 18% a.a., a serem pagos mensalmente, calculados desde a data da primeira integralização da Série Mezanino até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composto de até 12 meses ou até a alocação dos recursos. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

As Debêntures da 7ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas juros remuneratórios de 18% a.a. calculados apenas durante o período de alocação prioritária de recursos, ou seja, após o período entre data da primeira integralização da Série Subordinada até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período compostos de até 12 meses ou até a alocação dos recursos. Adicionalmente, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, serão realizados pagamentos de prêmios de reembolso correspondentes ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento ("Prêmio"). O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior e Mezanino.

- (iii) As Debêntures da 8ª Emissão - Série Única assegurarão aos debenturistas, prêmio de reembolso das debêntures, observados os termos desta escritura de emissão, especialmente quanto a ordem de alocação de recursos, os debenturistas receberão nas datas de pagamento um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela emissora a título de pagamento das CCBs vinculadas a emissão existentes na carteira da emissora no mês anterior ao mês do respectivo pagamento, após consideradas as alocações de recursos mais prioritárias, conforme a ordem de alocação de recursos ("Prêmio de Reembolso") a 8ª emissão se deu da aquisição e transferência dos direitos das 1ª a 5ª emissões.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

b. Vencimento das debêntures

A perspectiva de pagamentos das debêntures são conforme segue:

	Série	Vencimento	2022
Debêntures - 6ª Emissão (i)	Sênior	16/11/2021	40
Debêntures - 7ª Emissão (ii)	Sênior	10/10/2022	3.413
Debêntures - 8ª Emissão (iii)	Única		4.874
Total			8.327

- (i) A sexta emissão é composta por duas Séries, sendo Subordinadas e Seniores.
- (ii) A sétima emissão é composta por três Séries, sendo Subordinadas, Mezaninos e Seniores.
- (iii) A oitava emissão é composta por uma série única. Sem vencimento definido.

c. Cláusulas de vencimento antecipado

Os debenturistas da 6ª a 7ª emissões, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanado em três dias úteis; insolvência, cessação de atividades empresariais, e transformação do tipo societário da Emissora, de modo que deixe de ser uma Companhia anônima, nos termos do artigo 220 da Lei das Companhias por Ações, conforme estipulado na escritura.

Da 8ª emissão que originou da aquisição da 1ª à 5ª Emissão não há exigência de manutenção de índices financeiros mínimos, somente a capacidade de solvência da Companhia. Para o trimestre findo em 31 de março de 2022, não houve ocorrência de inadimplemento.

Os debenturistas da 6ª e 7ª Emissões, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos automáticos como:

- Criação de ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos
- Descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanado em três dias úteis
- Insolvência
- Cessação de atividades empresariais
- Índices financeiros de cobertura.
- Em relação à 6a. emissão em 31 de março de 2021, a 1ª série que detinha as obrigações de cumprimentos financeiros, liquidou os valores devidos a 1ª série, extinguindo a obrigação do “coverage ratio”.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

7ª Emissão

Em relação à 7ª Emissão, a escritura prevê índices de cobertura distintos entre as séries Sênior e Mezanino para que ocorra evento de amortização sequencial ou pro rata, desta forma mensalmente são apurados os índices considerando proforma os pagamentos de remuneração e as amortizações extraordinárias obrigatórias nas respectivas datas de pagamentos. Os cálculos são realizados com base nas informações gerenciais, as quais foram discutidas com os investidores na emissão das debêntures.

A meta dos índices da 7ª Emissão de Debêntures é estar maior ou igual a 1,00 para fins de convocação de Assembleia de Debenturistas para deliberação e maior ou igual 0,95 para fins de mudança no regime de amortização.

No dia 08 de julho de 2021, a Companhia enviou aos seus investidores e publicou o fato relevante informando ter realizado durante os meses de maio e junho de 2021 uma revisão interna da metodologia de cálculo da Provisão para perdas esperadas, utilizada exclusivamente para fins de cálculo do Índice de Cobertura e Meta de Amortização da 7ª Emissão de Debêntures.

Como consequência dessa revisão, foi efetuado um ajuste na metodologia de cálculo da Provisão para perdas esperadas e, consequentemente, do Índice de Cobertura da Emissão que é base para definição da Meta de Amortização da respectiva Emissão. Conforme estabelecido na Escritura de Emissão, o resultado foi a alteração, a partir de julho de 2021, do regime de amortização das debêntures que passou de pro rata para sequencial.

Desse modo, até que o Índice de Cobertura necessário à amortização pro rata seja reestabelecido, a partir do mês de julho de 2021, o caixa disponível dessa operação será integralmente usado para pagar os cotistas seniores. Em seguida, os cotistas Mezanino e, só então, os pagamentos aos detentores de cota subordinada.

- **Série Sênior** - Em 31 de março de 2022 o Índice de Cobertura I apurado foi menor que 0,95, ocasionando a alteração no formato de amortização das debêntures. Até que o índice seja superior a 1,00, a amortização acontecerá de forma sequencial.
- **Série Mezanino** - Em 31 de março de 2022, o Índice de Cobertura II, apurado foi menor que o valor 0,95, ocasionando a alteração no formato de amortização das debêntures. Até que o índice seja superior a 1,00, a amortização acontecerá de forma sequencial.

Para o período findo em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia mantém o entendimento de que não há prejuízo aos investidores decorrentes do ajuste, uma vez que este não gerou qualquer alteração na carteira de crédito da 7ª Emissão, composto por Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”).

8ª emissão

Em relação a 8ª Emissão de Debêntures não há exigência de manutenção de índices financeiros mínimos, somente a capacidade de solvência da Companhia.

Através Assembleia Geral Extraordinária dos Debenturistas da 8ª emissão, realizada em 24 de setembro de 2021, foram aprovadas alterações à Escritura de Debêntures da 8ª Emissão de forma a possibilitar a aquisição de novas CCBs com os recursos disponíveis desta emissão. Até a data base de 31 de março de 2022, nenhuma nova CCB foi adquirida com os recursos disponíveis e conforme permitido pela alteração mencionada acima.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

Para o trimestre findo em 31 de março de 2022, não houve ocorrência de inadimplemento em nenhuma das emissões da Companhia.

d. Cessão fiduciária em garantia

A Companhia, de acordo com os contratos de cessão fiduciária da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, irrevogavelmente transfere para a totalidade dos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de todos os direitos da Companhia, presentes ou futuros, sobre (i) as CCB atuais e futuras, vinculadas e a serem vinculadas à 6ª e 7ª Emissão, (ii) os direitos creditórios decorrentes das contas bancárias de titularidade da Companhia, exclusivamente associadas à 6ª e 7ª Emissão, (iii) os ativos financeiros investidos com recursos disponibilizados nas contas exclusivas, assim como os direitos creditórios referentes a quaisquer valores devidos à Companhia em razão do investimento em tais ativos financeiros, inclusive enquanto estiverem em trânsito das contas exclusivas ou destinados a elas, decorrentes de vendas, amortizações ou resgates de tais ativos financeiros, e (iv) os direitos creditórios oriundos dos contratos de opções de juros celebrados exclusivamente para hedge das obrigações objeto da Emissão, contratados e que venham a ser contratados no âmbito da 6ª e 7ª Emissão.

A Cessão Fiduciária resulta na transferência fiduciária em garantia aos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão, e seus respectivos sucessores e eventuais cessionários da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta dos direitos dados em garantia, permanecendo a sua posse direta com a Companhia.

11 Capital social

a. Capital social e reservas de capital

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de julho de 2020, foi aprovada a emissão de 3.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela acionista Open Co Holding Limited, a serem integralizados em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 1 (um real), em até 12 meses contados de 1º de agosto de 2020.

Dos montantes subscritos acima foram integralizados R\$ 433 em 14 de fevereiro de 2020, R\$ 623 em 24 de abril de 2020; R\$ 414 em 21 de agosto de 2020 e R\$ 402 em 24 de novembro de 2020. Em 26 de março de 2021 foi integralizado o montante de R\$ 1.106. Em 07 de janeiro de 2022 foi integralizado o montante de 564.

Em 31 de março de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 6.709 dividido em 6.709.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (6.709 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2021), sendo o total do capital integralizado de R\$ 6.171 (R\$ 5.607 em 31 de dezembro de 2021), restando o montante de R\$ 538 a integralizar. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Natureza e propósito da reserva

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Face ao prejuízo do período, não foi constituída reserva legal no período.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido no encerramento do período e registrados como obrigação no passivo. Face ao prejuízo do período, não foi distribuído dividendos no período.

12 Gerenciamento do capital

A política da Companhia é manter um equilíbrio entre ativos e passivos para que tanto os riscos quanto os retornos e prazos sejam análogos na ponta ativa e passiva de suas transações, operando desalavancada de forma a não exigir uma base de capital substancial para manter a confiança do investidor.

13 Instrumentos financeiros**a. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Dada as características dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, a administração entende que seus valores justos não diferem de forma significativa dos saldos contábeis na data do balanço. Os instrumentos financeiros da companhia registrado ao custo amortizado são: aplicações financeiras, cédulas de créditos bancárias (CCBs), debêntures e fornecedores.

Após realizados os lançamentos referentes aos recebimentos, as debentures podem vir a ter um valor maior ou menor que os ativos que as lastreiam, dessa forma se faz necessário ajustes para que as debentures reflitam os valores reais a serem pagos para os debenturistas, então é realizado as seguintes conferências:

1. Valor do Ativo Financeiro já ajustado a valor justo;
2. Montante em caixa e equivalentes de caixa.

O resultado dessa somatória deduzidos das despesas (já provisionadas no passivo) será o montante a ser considerado para realizar o ajuste nas debentures, então se o resultado dessa soma for maior que o passivo, as debentures deverão ser ajustadas positivamente, gerando uma provisão para prêmio nas debentures, caso o cenário seja o contrário, haverá uma provisão para perda na remuneração dos debenturistas, sendo assim as debentures ajustadas negativamente.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a. Riscos de crédito

Apesar da Companhia não deter o risco de crédito, há o risco dos ativos vinculados às debêntures incorrer em perdas financeiras caso um tomador falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas de créditos a receber. Conforme estipulado nas escrituras de emissão das debêntures, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, dessa forma, o risco de crédito pelo inadimplemento das CCBs é compensado na remuneração do debenturista.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A avaliação de crédito é feita no momento da solicitação do crédito na plataforma da Open Co Tecnologia que, analisa individualmente cada novo cliente, quanto à sua condição financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamentos.

A Companhia efetua renegociações de empréstimos em situação de atraso, objetivando a maximização do retorno da carteira para os debenturistas, em casos em que as renegociações se estendem por período superior ao esperado para a carteira de crédito da CCB renegociada, vencendo o período de vigência das Debêntures, há a dação em pagamento dos montantes em aberto aos debenturistas das respectivas emissões (vide nota explicativa 10).

A Companhia não exige garantias com relação aos “Créditos a receber”.

Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito totalizando R\$ 5.590 em 31 de março de 2022 (R\$ 4.874 em 31 de dezembro de 2021). O caixa e equivalentes de caixa e o caixa restrito são mantidos com instituições financeiras de primeira linha.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e outros investimentos em um montante equivalente às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros de acordo com os cronogramas de desembolso de pagamento do principal e prêmios aos debenturistas. Tendo em vista que, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, a Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas às ‘Debêntures’.

c. Risco de mercado (taxa de juros)

A Companhia adota como política que sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Para isso, a Companhia adquire CCBs com taxa de juros fixa e transfere aos debenturistas o equivalente ao rendimento líquido dos créditos a receber.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

14 Imposto de renda e contribuição social

	31/03/2022	31/03/2021
Prejuízo do período	(179)	(225)
Provisão para perda na carteira	12.137	14.176
Provisão para remuneração dos debenturistas	(12.137)	(14.176)
Total	(179)	(225)

Em 31 de março de 2022 a Companhia não constituiu o montante de R\$ 61 em créditos tributários sobre prejuízo fiscal de R\$ 179 (R\$ 77 em créditos sobre prejuízo fiscal de R\$ 225 em 31 de março de 2021), uma vez que não há expectativa de geração de resultados futuros para utilização dos créditos.

15 Receita operacional

A receita operacional da Companhia é proveniente de apropriação de juros dos créditos a receber e do recebimento de penalidades. Em 2022 a 5ª e 6ª emissões tem suas CCBs integralmente vencidas não cabendo, portanto, novas apropriações. Igualmente a 7ª emissão sofreu um decréscimo no volume de juros a apropriar em razão do vencimento total dos direitos creditórios. As contas patrimoniais de apropriação de juros a receber demonstram encerramento dos valores de juros esperados quando da compra dos direitos creditórios, restando saldo a apropriar apenas para a 7ª emissão no valor de R\$ 656 (seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Houve também uma diminuição de 57% das receitas auferidas pelo recebimento após o vencimento das CCBs (penalidades) quando comparamos os trimestres de 2022 e 2021.

	Período de três meses	
	31/03/2022	31/03/2021
Receitas Financeiras 5ª Emissão	-	1
Receitas Financeiras 6ª Emissão	-	1.463
Receitas Financeiras 7ª Emissão	1.278	8.983
Receitas de Penalidades 1ª Emissão (i)	480	426
Receitas de Penalidades 5ª Emissão	-	780
Receitas de Penalidades 6ª Emissão	355	1.067
Receitas de Penalidades 7ª Emissão	703	1.296
Total de receita líquida	2.816	14.016

- (i) As receitas de penalidades da 1ª emissão passaram a ser reconhecidas como receitas da 8ª emissão a partir de 24 de setembro de 2021.

16 Despesas por Natureza

	Período de três meses	
	31/03/2022	31/03/2021
Despesas gerais e administrativas (i)	(178)	(225)
Provisão para perda nos recebíveis	(12.137)	(14.176)
Provisão para remuneração dos debenturistas	12.137	14.176
Total das despesas administrativas	(178)	(225)

- (ii) Refere-se substancialmente a despesas com prestadores de serviços como contabilidade, auditoria e fee de administração do patrimônio realizado pela VERT.

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

17 Resultado financeiro

	Período de três meses	
	31/03/2022	31/03/2021
Receita de juros sobre:		
Aplicações financeiras (i)	10	5
Despesas financeiras sobre:		
Juros sobre debêntures (ii)	(2.827)	(14.021)
Resultado financeiro líquido	(2.817)	(14.016)

- (i) Em 31 de março de 2022 e de 2021 refere-se ao resultado de aplicações financeiras da conta bancária excluindo os efeitos de rendimentos das contas cedidas fiduciariamente em garantia às emissões de debêntures.
- (ii) Em 2022 verificamos uma queda nos juros em razão do saldo principal ter sido amortizado entre os períodos. As contas patrimoniais de debêntures em 31 de março de 2021 totalizavam R\$ 31.116 (trinta e um milhões cento e dezesseis mil reais) enquanto em 31 de março de 2022 o saldo destas contas passa a ser de R\$ 8.327 (oito milhões trezentos e vinte sete mil reais).

18 Partes relacionadas**a. Acordo Operacional - Administração**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou “Acordo Operacional e Outras Avenças” com a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda, que tem por objeto a administração dos negócios da Companhia, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados a gestão, estruturação e administração de emissões, presentes e futuras, de debêntures da Companhia.

b. Transações e saldos com partes relacionadas

As partes relacionadas são as pessoas físicas ou jurídicas que possuem influência significativa na gestão da Companhia.

a. Contrato de prestação de serviços

Refere-se ao contrato de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, executados pela Open Co Tecnologia S.A, equivalente a 1% (1ª a 4ª emissão de debêntures, adquirida pela 8ª emissão) ou 3% (5ª adquirida pela 8ª emissão, 6 e 7ª emissão de debêntures) dos recebimentos totais feitos pela Companhia que são deduzidos do prêmio pago aos debenturistas. Em 31 de março de 2022 o montante total pago foi de R\$ 126 (R\$ 693 em 31 de março de 2021). Não há saldos a pagar nas respectivas datas de balanço.

b. Debêntures

Em 31 de março de 2022, não foram integralizadas novas debêntures mantendo o saldo total de debêntures já integralizadas pela Companhia de R\$ 728.990 de 31 de dezembro de 2018, destas 15,72% foram detidas por partes relacionadas.

O total de despesas com debêntures com partes relacionadas em 31 de março de 2022 é de R\$ 3.586, correspondente aos 9,59% da quantidade total de debêntures integralizadas (R\$ 1.298 em 31 de março de 2021, correspondente a 9,26%).

Notas Explicativas

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Informações contábeis intermediárias referentes ao
trimestre findo em 31 de março de 2022

19 Outros assuntos

Impactos do COVID-19

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os impactos econômicos foram devidamente amenizados com intensificação de cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Ainda sob os efeitos da Provisão para perdas esperadas nas informações contábeis intermediárias, estes decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização.

Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas informações contábeis intermediárias.

A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2022.

Contingências

Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia não possui passivos contingentes ou ações de litígios registradas.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Benefícios pós emprego

Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia não tem políticas que ofereçam benefícios pós-empregos aos seus colaboradores e administradores.

Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia não possui contratos relacionados a cobertura de seguros.

20 Eventos Subsequentes

Em 02 de maio de 2022, entrou em vigor a resolução CVM 60 que revoga as Instrução CVM 600. As securitizadoras tem 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de entrada em vigor dessa resolução para se adaptar à nova norma. A administração da companhia está realizando estudo para adaptação dentro do prazo estabelecido.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas e Administradores da
RUGE Securitizadora de Créditos Financeiros S.A
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RUGE Securitizadora de Créditos Financeiros S.A ("Companhia"), em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, e as notas explicativas às informações contábeis intermediárias.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-027685/O-0 'F' SP

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores abaixo qualificados declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

Carlos Martins
Diretor Presidente

Victoria de Sá
Diretora de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores abaixo qualificados declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Carlos Martins
Diretor Presidente

Victoria de Sá
Diretora de Relações com Investidores